

Movimento psicanalítico: invisibilidades e desmentidos¹

Psycho-analytic movement: invisibilities and denials

Joel Birman*

Resumo

No presente artigo, o autor examina a dimensão política que atravessa o movimento psicanalítico desde o estabelecimento do célebre tripé – análise pessoal, supervisão e formação teórica – no Instituto de Psicanálise de Berlim, a partir de 1920. Se antes a transmissão da psicanálise, como observado nas reuniões de quarta na casa de Freud, se baseava em uma orientação ética que, relativa às diferenças entre os analistas, tinha como resultado as trocas e as produções teóricas, a partir de 1920, houve um deslocamento para o campo moral das instituições psicanalíticas, em que passou a preponderar o caráter de quem poderia se tornar analista, segundo critérios de exclusão de certas práticas, perdendo-se de vista a multiplicidade na relação dos sujeitos com o laço social. Especificamente, este texto busca tratar de que maneira esse deslocamento afetou a psicanálise brasileira no sentido de promover uma despolitização de suas instituições até as eleições de 2018, o que implicou uma série de desmentidos e invisibilidades concernentes à especificidade do contexto sócio-político brasileiro.

Palavras-chave: Movimento psicanalítico. Política. Psicanálise brasileira. Desmentido.

Abstract

In this article the author examines the political dimension that crosses the psychoanalytic movement since the establishing of the famous tripod – personal analysis, supervision and theoretical formation – in the Berlin Institute of Psychoanalysis from 1920 onwards. If previously the transmission of psychoanalysis – as it was observed in the Wednesday reunions at Freud's house – was based in an ethical orientation that, referred to the differences between the analysts, resulted in the exchanges and theoretical productions. From 1920 onwards there was a displacement to the moral field of the psychoanalytic institutions where prevailed the character of who could become an

1. Transcrição da palestra “Movimento psicanalítico: invisibilidades e desmentidos”, proferida por Joel Birman, por ocasião da Mesa de Abertura do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, em 25 de março de 2023, gravada na ocasião e transcrita por Denise Jabour, Maria Theresa da Costa Barros, Maicon Cunha e Bernardo Arbex, editada por Pedro Henrique Rondon.

* Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Laboratório de Psicanálise e Medicina de Paris VII. Membro Fundador do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP). Membro do *Espace Analytique*. Paris, França. joelbirman@uol.com.br

analyst, according to exclusion criteria of certain practices, losing sight of the multiplicity in the relationships between subjects and the social bond. Specifically, this text seeks to approach how this displacement affected Brazilian psychoanalysis in the sense of promoting a depoliticization of its institutions until the 2018 elections, which implied a series of denials and invisibilities concerning the specificity of the Brazilian socio-political context.

Keywords: *Psychoanalytic movement. Politics. Brazilian psychoanalysis. Denial.*

A escolha do tema que vocês fizeram para o trabalho deste ano é o título desta apresentação. É a história do movimento psicanalítico, como se a invisibilidade e o desmentido regulassem a sua própria história. O que quero explorar com vocês, a propósito disso, é um pouco a marca da relação entre política e psicanálise. A história do movimento psicanalítico, sobretudo brasileiro, mas também dando alguns pitacos no movimento psicanalítico internacional, na medida em que o movimento psicanalítico brasileiro recebeu as marcas do movimento internacional, no que concerne a essa formulação tardia de Lacan, que dizia que o inconsciente é a política.

De maneira, do ponto de vista da história do movimento psicanalítico brasileiro, a partir da tensão entre desmentidos e invisibilidade, é possível pensar efetivamente nessa formulação, aparentemente enigmática de Lacan, “o inconsciente é a política”.

Em linhas gerais, podemos dizer que, no início dos anos 20, a história do movimento psicanalítico internacional marcou uma cesura, uma ruptura na história do movimento psicanalítico. Neste contexto, se constitui o Instituto Psicanalítico de Berlim que criou um modelo de formação baseado num célebre tripé: análise pessoal, supervisão e formação básica dos analistas, em vigor até hoje.

Mas é importante considerar que a sistematização de uma política de formação do Instituto Psicanalítico de Berlim provocou uma contrarruptura na história do movimento, que será a fonte de muitos desmentidos e invisibilidades. Estabeleceu-se a seguinte oposição: o movimento psicanalítico deve ser centrado numa sociedade de analistas ou o seu objetivo principal é promover a formação de psicanalistas?

Pode parecer uma nuance, mas é muito mais que isso, porque uma coisa é pensar na organização da psicanálise como voltada para dar um certo amparo a psicanalistas que têm um trabalho difícil com alto potencial desestabilizador do ponto de vista psíquico e, ao mesmo tempo, um lugar onde os psicanalistas podem trocar, teorizar essas experiências, produzir teoricamente através da escrita. A formação de jovens psicanalistas também, evidentemente, se dá nesse contexto.

O que se deu a partir de 1920 na história do movimento psicanalítico – e por isso acho que as sociedades de psicanálise passaram a viver mais da formação de psicanalistas ao invés de serem sociedades de psicanalistas – foi a introdução, nas instituições, da dimensão do poder. Isto anteriormente não estava presente.

Examinemos, como exemplo significativo, as reuniões promovidas por Freud e seus primeiros discípulos, das famosas sociedades das quartas-feiras,

realizadas na casa de Freud, e que contavam as primeiras relações dos analistas ali presentes. Foram publicadas como *As minutas das sociedades das quartas-feiras*. São quatro volumes, cada um com trezentas páginas. Vê-se aí a quantidade de produção teórica das trocas.

Essa experiência de intensidade criativa se perdeu a partir dos anos 20, quando as sociedades de psicanálise passaram a ser um celeiro para formação de jovens psicanalistas. Como consequência disso, não só a produção teórico-clínica empobreceu, mas também se introduziu a dimensão do poder entre os analistas, na medida em que estes passaram a disputar a própria imortalidade, através da tentativa de valorar os jovens psicanalistas por eles formados, de maneira que as sociedades psicanalíticas começaram a funcionar como sociedades mafiosas, com brigas entre grupos de família.

Esse contexto constituirá, a partir de então, aquilo que poderíamos chamar de uma oposição entre ética da Psicanálise e moral das instituições psicanalíticas. Quero dizer com isto que, enquanto a ética da psicanálise propõe um trabalho da valoração da diferença, propõe um respeito pela diferença, um respeito pela palavra do outro, um respeito pela alteridade, aquilo que se passa no plano das lutas, no campo da moral nas instituições psicanalíticas, é completamente diferente.

A Instituição passou a ser regulada por um sistema moral, normativo, que não correspondia mais aos imperativos da ética da psicanálise. É nessa medida – para lançar a pertinência dessa oposição, para pensar a maneira pela qual se estabeleceu nesse contexto uma ruptura na história da experiência psicanalítica – que abordo a história da transmissão da psicanálise. O que passou a imperar nas sociedades psicanalíticas foi: os psicanalistas substituíram a fidelidade à ética da Psicanálise pela fidelidade ao seu psicanalista formador. Então, essa diferença entre ser fiel à Psicanálise ou fiel ao seu analista formador cria uma ruptura importante, que marca o que estou sugerindo: o deslocamento da ética da psicanálise para a moral das instituições psicanalíticas.

O fato é que – acho que isso é do conhecimento de todos e os historiadores da psicanálise já falaram – entre os anos 30 e os anos 50, por conta da presença de uma hegemonia da tradição anglo-saxônica da psicanálise, sobretudo a inglesa e a americana, a moral da psicanálise e das sociedades psicanalíticas foi marcada pela tradição religiosa protestante. Houve uma imposição de regras protestantes, altamente presentes na tradição americana. Isto conduziu, e acho que é uma consequência importante, a uma moralização na seleção para formação de quem pode ser psicanalista.

Passaram a criar regras não escritas ligadas à moralidade monogâmica, de gênero (por exemplo, homossexuais não poderiam ser psicanalistas). Ou então à criação de exigência de parcerias amorosas monogâmicas, para ser reconhecido como alguém que se mantém ligado à psicanálise, ou dar provas de que aprendeu a ganhar dinheiro. Esse tripé: controle da condição de gênero, pela exclusão das práticas homossexuais, monogamia e prova de competência para ganhar dinheiro são referências que podem ser fartamente encontradas em discussões dos anos 50, 60. Existem artigos e artigos sobre final de análise produzidos em nome do *International Journal of Psychoanalysis* ou do *American Journal of Psychoanalysis*.

Não estou aqui inventando História para vocês. Os que desconfiarem, por favor, consultem as produções acima citadas. Essa moralização teve como motivação uma conferência realizada por Anna Freud na Sociedade Psicanalítica de Israel, nos anos 50. Uma conferência muito interessante ligada ao *International Journal of Psychoanalysis*, na qual ela fala da mudança do perfil dos analistas das primeiras gerações; das sociedades das quartas-feiras até os anos 30. Havia pessoas totalmente inadequadas do ponto de vista social, e algumas francamente loucas, que faziam parte do movimento psicanalítico.

A partir de então, criou-se uma espécie de purificação baseada em critérios de pseudossanidade mental, que passou a nortear as sociedades de psicanálise. Anna Freud deu um depoimento muito importante daquilo que estou chamando de moralização do critério que define quem pode, quem não pode ser psicanalista. Neste contexto histórico, não é por acaso que toda a produção decorrente desse deslocamento de uma ética da psicanálise para uma moral das instituições de psicanálise, seja marcada por essa moralização. Isso levou, no final dos anos 40 e 50, a um impasse no processo de formação de analistas que vai permanecer; ou seja, a indagação que surge no campo da *International Psychoanalytical Association*, trata da análise de analisantes ditos normais.

Havia uma plêiade enorme de candidatos a analistas por conta da escolha de critérios que estou chamando de moralização normativa. Eram pessoas tão normais que diferentes analistas não conseguiam ver de que maneira analisantes “normais” – que pululavam – poderiam ser a matéria-prima para a produção de analistas. Isto é, a presença dos analisantes “normais” advindos desse processo de seleção, repito, levava a que o processo de análise fosse marcado por impasses substanciais. Ou seja, a análise não acontecia. Basicamente esses analisantes normais tinham aquela característica que foi estabelecida por Reich nos anos 20, na obra intitulada *Análise do caráter*, que se refere a pessoas marcadas não por terem um sintoma egodistônico, mas pelo fato de seu cará-

ter ser um sintoma fundamental, e esse sintoma era egossintônico. Esse tipo de paciente era caracterizado pela egossintonia e se tornava um impasse para a analisabilidade, como Reich já mostrara.

Como analisar pessoas caracteropatas? Essa questão se colocou aí na virada dos anos 40, 50. Diferentes autores se pronunciaram sobre isso no *International Journal of Psychoanalysis*. Só para citar alguns, que são autores importantes, de prestígio na História Do Movimento Psicanalítico: um deles é Michael Balint, que é um psicanalista ferencziano, de origem húngara, que acabou radicado em Londres. É um exemplo: ele fala do desenvolvimento ferrenho de um superego altamente sádico e duro, na comunidade de jovens analistas, nos analisantes ditos “normais”. Um outro analista americano chamado Maxwell Gitelson fez um trabalho sobre o impasse da analisabilidade dos analisandos ditos “normais”. Lacan escreveu um ensaio, que depois vai ser publicado nos seus *Escritos*, sobre a situação da psicanálise em 1956 sobre a analisabilidade dos analistas “normais”. E um outro, que ocupa um lugar oposto na então Sociedade Francesa de Psicanálise, que é Nacht, que também falava da analisabilidade impossível dos analisandos “normais”.

Estou mostrando para vocês como é que essa moral das instituições psicanalíticas começa a afetar pelos critérios de seleção dos analistas, começa a afetar, efetivamente, a produção de um material humano, marcado por certa maleabilidade psíquica, que estava presente nas primeiras décadas do movimento psicanalítico internacional, por exemplo, até os anos trinta.

Acho que tudo isso levou – acho que é o coroamento dessa formulação no plano propriamente da teorização geral da psicanálise – a um líder do movimento psicanalítico, um líder da IPA, *International Psychoanalytical Association*, como Ernest Jones. Este passa a formular uma ideia que é uma espécie de afirmação de que a dimensão política e uma dimensão social não fazem parte da teorização psicanalítica. Passa então a desenvolver uma ideia que está exposta claramente na biografia de Freud que escreveu. No terceiro volume, onde trata desse problema, ele afirma que os textos culturais e sociais de Freud não têm nenhuma importância para o pensamento psicanalítico: não passavam de um depoimento de homem velho, e possivelmente sábio, que viu muitas coisas no mundo e queria opinar sobre a religião, sobre o nascimento das civilizações, sobre uma série de leituras que fizera sobre a arte, a cultura e sobre a política de uma maneira indireta; nada disso teria importância efetivamente para avançar em nada a psicanálise. Nisso Ernest Jones se defronta e se contrapõe a uma formulação que o próprio Freud fizera, em 1921, em sua obra *Psicologia das massas e análise do eu*, onde sustenta que, efetivamente, a psicanálise

não se restringe a uma Psicologia do indivíduo, mas é ao mesmo tempo uma psicologia social, uma psicologia coletiva. Essa é uma maneira de Freud dizer que a experiência psicanalítica se passa entre o registro narcísico, que é o que a gente poderia entender como aquela psicologia individual, e o registro alteritário, onde o que está presente são os laços sociais que o sujeito estabelece com os outros.

Então a psicanálise não é fundada numa relação apenas endopsíquica; é marcada também por uma dimensão exopsíquica, marcada pelos laços sociais que a segunda tópica freudiana explorou de maneira bastante importante. Acho que o que Jones faz é jogar no lixo aquela formulação de Freud que falava de alguma maneira de uma clínica, que está colocada mesmo hoje, na atualidade: uma clínica do social, e que ele esvaziou essa dimensão política presente no ato e na experiência da análise. De outro modo, esse gesto de Jones levou a privilegiar, como marca por excelência da experiência analítica, alguma coisa que poderíamos chamar de análise do Eu, psicanálise do Eu. Penso que isso implicou um certo desaguadouro do que seria a experiência do analisar, além de implicar uma clínica restrita à relação egoica, a uma relação narcísica do sujeito consigo próprio e que perde a dimensão da análise, propriamente da relação com os laços sociais. Bem, o que importa é que essa formulação de Jones, vai marcar a história do movimento psicanalítico e que faz parte do *crème de la crème*, de toda essa construção que fiz até agora, desse deslocamento de uma ética da psicanálise para uma moral das instituições psicanalíticas.

De maneira que a história do movimento psicanalítico brasileiro vai ser norteadada por essa formulação de Jones, isto é, o que vai caracterizar o movimento psicanalítico brasileiro nos anos sessenta, setenta e oitenta, é aquilo que chamo de despolitização das instituições de psicanálise. As instituições de psicanálise são marcadas pela despolitização, propriamente dita, e nessa época o que se punha no campo da história do movimento psicanalítico brasileiro é que o envolvimento político dos analistas, com o interesse dos analistas pela política, o engajamento de analistas na política, o interesse de jovens analisantes pela política, era tratado pela forma de ser um sintoma a ser analisado pelos processos analíticos respectivos dos analistas ou dos jovens analistas. Isso era tido como um sintoma a ser analisado e a ser desconstruído nas análises dos jovens analistas, e que então se produziu aí esse contexto, essa marca, essa despolitização, e essa despolitização existiu, e, é bom que se diga, em diferentes níveis temporais e em diferentes movimentos teóricos no interior da psicanálise.

Isso existiu na época em que, por exemplo, ser médico era uma condição necessária para se fazer uma formação psicanalítica, cláusula que existiu até os começos dos anos oitenta, quando os psicólogos passaram a ser aceitos para fazerem formação psicanalítica. Na época em que só se aceitava médicos, ou na época em que os psicólogos passaram a ser aceitos, a cláusula da despoliticização estava igualmente presente. E continuou nos anos oitenta, quando começa a haver uma presença da psicanálise francesa, e particularmente de uma psicanálise lacaniana no Brasil: essa cláusula da despoliticização se mantém igualmente presente.

Vocês veem o alcance desse modelo, dessa inflexão assumida historicamente pelo movimento psicanalítico internacional que teve efeitos no movimento psicanalítico brasileiro. Essa inflexão foi decisiva na maneira pela qual a psicanálise brasileira se caracterizou, de maneira que, apenas com a eleição de Bolsonaro o efeito que isso produziu foi que, paradoxalmente, no contexto histórico em que se sustentava a despoliticização da crença dos analistas, da prática dos analistas, foi ao mesmo tempo o contexto no qual se conduziu, se produziu no Brasil a presença de analistas nos processos de prática de tortura da ditadura militar, o que foi fartamente denunciado por Helena Besserman Vianna, num livro publicado em francês e português, que foi um escândalo no movimento psicanalítico internacional, e que deixou muito mal tanto a IPA quanto o movimento psicanalítico no Brasil, de que jovens analisantes, candidatos a analistas, foram transformados em práticos de processos de tortura na ditadura militar. Essa monstruosidade a que esse modelo levou, marcou a história da Psicanálise no Brasil em torno desse tema que estou chamando de despoliticização. A rigor, essa despoliticização só foi, de certa maneira colocada, parcialmente, em suspensão até quando, na época do segundo turno das eleições presidenciais em 2018, quando Jair Bolsonaro se apresentava como candidato forte que poderia vencer com toda a sua plataforma não apenas neoliberal – isto é um outro problema – mas sobretudo com a sua política de costumes que vai marcar como uma litania os seus quatro anos de governo, que começou a se organizar o engajamento ativo de parcela do movimento psicanalítico, e a criação de um movimento que conjugou diferentes escolas de psicanálise, diferentes instituições e diferentes teorias de psicanálise, e que existe até hoje que é o movimento intitulado *Psicanalistas Unidos pela Democracia*. Aqui os psicanalistas assumiram uma postura claramente de defesa da democracia, entendendo aí – isso é um ponto importante que se diga – que a prática psicanalítica se alimenta da existência de uma atmosfera democrática, sem a qual não é possível o próprio exercício da psicanálise.

Em relação a isso, a dita regra fundamental da livre associação, proposta pelo analista ao analisante, supõe uma liberdade de pensar, de falar, de dizer, que supõe um clima propriamente democrático. Nesse contexto, uma parcela do movimento psicanalítico assumiu, positivamente, uma politização no interior da psicanálise que foi fundamental, mas ao mesmo tempo é preciso que se diga que há até hoje, e desde então, parcelas do movimento psicanalítico pró-bolsonaristas, em diferentes instituições de psicanálise. Existem psicanalistas ditos pró-bolsonaristas, por mais estranho que isso pareça, não por conta da política liberal de Bolsonaro, que se realizava através do seu ministro da economia, Paulo Guedes, mas também por conta da política de costumes, sobretudo, de Bolsonaro. No sentido de ele ter uma proximidade e uma aliança muito profunda com o movimento evangélico, isso implicava um novo limiar de moralização que se colocava nas relações do sujeito com sexo ou em relação a temas fundamentais como o aborto e toda uma série de moralizações sexuais, eróticas, de forma que toda a plataforma do governo Bolsonaro, se pautou por um aumento significativo da violência contra as populações LGBTQI+: os homossexuais foram atacados, houve um aumento dos estupros, feminicídios no campo das mulheres. Houve ataque aos homossexuais, houve aumento, o Brasil virou campeão mundial de morte de transexuais, tudo isso aconteceu nesse tempo do governo Bolsonaro. Foi contra tudo isso que se insurgiu uma parcela do movimento psicanalítico. Assim a psicanálise foi repolitizada, que a gente vive hoje, mas, repito, existem parcelas do movimento psicanalítico que continuam hoje como efetivamente bolsonaristas, inclusive em grandes instituições de psicanálise, ocupando cargos de direção nessas instituições. Então, é bom que se diga, já que estamos aqui querendo defender a transparência, o desmentido, é bom que digamos isso para não ficar chovendo no molhado, que a gente admita o óbvio: isso acontece ainda na atualidade.

Chegado a esse ponto – isso é importante – esse limiar civilizatório que chega nesse contexto, penso que a pergunta que se coloca, que vai implicar a questão da analisabilidade no Brasil – esse é o ponto a que eu queria chegar com vocês – é o seguinte: o que se terá passado na sociedade brasileira para que um projeto de extrema direita radical, como o projeto bolsonarista, tenha ganhado uma eleição majoritária para Presidente da República no Brasil? O que fez com que cinquenta e seis ou cinquenta e oito por cento da sociedade brasileira apoiasse um projeto de extrema direita?

Isso aí é uma coisa que precisamos responder: o que se passou no interior da sociedade brasileira para fazer uma escolha da figura de Bolsonaro, propriamente dito, isso tudo considerando que estávamos trinta anos depois do fim da dita-

dura militar e acreditávamos que já tínhamos constituído, minimamente falando, um projeto democrático marcado por uma certa solidez, baseado nas relações de peso e contrapeso de Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo. Então a pergunta que se coloca é: por que será que elegemos o Bolsonaro, e por que convivemos com o bolsonarismo durante quatro anos, sendo diariamente torturados – e a palavra é literalmente essa – pelas falas do Bolsonaro? O Bolsonaro nos torturava no cercadinho dele durante quatro anos.

Trinta anos depois do fim da ditadura militar, por que o Brasil diariamente torturado pelo Bolsonaro, elege o discurso sistemático da extrema direita? O Bolsonaro repetia, em ato, os atos de tortura realizados no campo da ditadura militar. Ele fez isso com todos nós durante esses quatro anos. Então a pergunta que se faz é essa: por que será que o Brasil saiu da rota de um projeto democrático e instalou um projeto de um poder autoritário, totalitário, de extrema direita como o Bolsonaro? A primeira maneira de puxar um fio dessa discussão é considerar que a maneira pela qual o Brasil saiu da ditadura militar foi completamente diferente daquilo que se passou tanto na Argentina quanto no Uruguai, nos anos 80, e do que aconteceu recentemente no Chile, onde houve um processo de julgamento e de condenação dos líderes militares e policiais que participaram do projeto de tortura.

Houve, no caso da Argentina, no caso do Uruguai e mais recentemente no Chile, um ajuizamento desses militares e policiais que participaram do projeto de tortura – tivemos recentemente o filme argentino do Darín que mostra muito isso, *Argentina 1985* – e, no Brasil, isso não aconteceu. No Brasil, nós entramos numa solução de compromisso com os torturadores, chamada anistia ampla, geral e irrestrita. Essa foi a palavra de ordem do fim da ditadura no Brasil, isto é, os militares nos impuseram, impuseram à sociedade política, a cláusula de que ninguém tocaria nos analistas torturadores. Então esses analistas torturadores ficaram protegidos e essa história de que há uma anistia ampla, geral e irrestrita é “conversa para boi dormir”, porque quem combateu a ditadura, quem foi preso, quem foi morto, ou teve suas histórias familiares completamente destruídas por anos de exílio, por exemplo, ou por anos de viver na ilegalidade: tanto essas pessoas quanto seus familiares, seus amigos, pagaram caro por isso. Essas pessoas já tinham sido devidamente punidas pela ditadura. Então o que se fez ali, na verdade, nessa dita anistia ampla, geral e irrestrita foi uma cláusula para proteger os militares de qualquer tipo de perseguição jurídico-política.

Então os militares foram protegidos e aí, o que eu acho que passa a caracterizar a sociedade brasileira de então, é que os militares, em parte, ficaram,

isto é, os militares torturadores, eu quero dizer, daquilo que na época se designava como os bolsões da ditadura, os porões da ditadura, onde os processos de tortura se realizavam, foram preservados. Esses bolsões da ditadura permaneceram em parte nas Forças Armadas, em parte no campo das instituições policiais. Uma parte deles começou a criar, a partir de então – e vou fazer um apelo à memória de vocês, para dar transparência e trazer da invisibilidade – começou a ser criado, num primeiro momento na sociedade urbana brasileira – primeiro nos bairros ditos das elites, isto é, das elites e das classes médias altas – empresas para tomar conta das casas e dos edifícios contra possíveis invasões dos marginais.

As classes médias e as elites passaram a pagar aos policiais para criarem uma espécie de política de quarteirão, que se expandiu por todos os campos das elites do Rio, São Paulo e outras grandes cidades brasileiras, para se protegerem de uma marginalidade. Então esse processo que seria mão de obra policial, que está fazendo esse tipo de trabalho, é fundamentalmente uma mão de obra oriunda dos porões da ditadura. É para isso que eu quero chamar a atenção de vocês: eles foram constituintes desse processo. E esse processo, ao mesmo tempo, implicou uma coisa muito importante, negativamente falando, na sociedade brasileira de então, que foi a privatização da segurança pública. Começou a haver na sociedade brasileira uma privatização da segurança pública.

Essa privatização da segurança pública começou a criar aquilo que chamo de indústria da segurança. E, nessa indústria da segurança, as nossas casas e os nossos prédios passaram a ser caracterizados como verdadeiros sistemas prisionais. Qualquer amigo estrangeiro que venha ao Brasil e olhe os nossos prédios gradeados, os nossos porteiros eletrônicos, todo o aparato de segurança existente nesses prédios, tem a sensação de que está diante de uma população que faz parte da população civil e que está ao mesmo tempo aprisionada. Então, na metáfora da prisão, nós passamos a ficar aprisionados nas nossas próprias casas, de forma que passou a se criar uma privatização da segurança pública e se criou uma indústria da segurança pública.

Esses militares, que se constituíram como grupos paramilitares ligados ao campo da segurança pública, em um segundo momento, foram colonizar favelas e bairros populares, nas periferias das cidades, como milicianos, com a justificativa de que estariam combatendo os narcotraficantes. Os milicianos inicialmente vieram dessa mesma extração social e política – que são os porões da ditadura, como policiais – e passaram a explorar os serviços das favelas, com a justificativa de que estavam expulsando os narcolíderes; passaram a matar, passou a haver todo um combate nas comunidades entre policiais, milicia-

nos e narcotraficantes. Depois se aliaram, mas, enfim, estou querendo mostrar como esses grupos paramilitares que inicialmente ocuparam e colonizaram o território urbano das elites e das classes médias altas, passaram a ocupar também os territórios das favelas e das classes populares.

Há toda uma construção que foi feita no Brasil, uma espécie de práticas sociais voltadas para isso – acho que isso é tão importante quanto – foi nesse contexto que começou a se criar a ideologia ou a palavra de ordem de que bandido morto é a melhor coisa que a gente pode fazer com os bandidos. Então acho que foi dada uma autorização às forças militares, policiais e paramilitares, para atacar as comunidades, as periferias e as favelas, uma autorização para matar. Então em nome de se perseguir os narcotraficantes, se passou ao mesmo tempo a atacar enormemente as classes populares, de forma que qualquer estatística existente sobre quem é morto no Brasil, pelas forças policiais, mostra claramente que os grandes objetos desses ataques são as classes populares, são as classes que vivem em comunidades e favelas, submetidas ao arbítrio da polícia propriamente dita, e acho que o nosso governador Cláudio Castro está se destacando, junto com o antigo governador, como exterminador das classes populares no Brasil.

Isso tudo é o efeito desse grande acordo que fizemos da anistia ampla, geral e irrestrita. Essa é que é a questão, esse é que é o preço, esse comprometimento que fizemos com o mundo dos torturadores, com o mundo do porão da ditadura, que se passou aí de forma que digamos que a eleição de Bolsonaro é o retorno dos porões da ditadura para dentro do Palácio do Planalto, um retorno político do projeto da ditadura, um retorno do projeto político da ditadura diretamente para o interior do Palácio do Planalto, na medida em que Bolsonaro tem a cabeça do torturador, ele nos torturou durante quatro anos.

Então, é preciso que se diga que, retomando agora Marx, *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, em que faz uma leitura muito interessante sobre a História e sobre a história das sociedades democráticas, e como acontecem regressões nas sociedades republicanas e democráticas modernas. Ele está falando da França, em torno da revolução de 1848, em que analisa a figura do Napoleão III e a volta do Napoleão III, um grande presidente e militar, populista como Bolsonaro, que seduziu os quartéis, oferecendo pequenos ganhos salariais, pequenos extras militares como Bolsonaro fez no Brasil.

Então Marx ironicamente dizia o seguinte – o que ao mesmo tempo acho que é uma leitura bastante importante sobre a lógica do processo histórico moderno: “A História acontece como tragédia e se repete como farsa”. Isso quer

dizer o quê? Que na história francesa, a Revolução Francesa, ou as guerras napoleônicas, que já eram tentativas de acabar com o ímpeto revolucionário da sociedade francesa, aconteceu como tragédia e se repetia como farsa, através da figura de Napoleão III. No caso da sociedade brasileira, podemos dizer que o momento do golpe de 64 é um momento trágico da história brasileira e, ao mesmo tempo, o retorno bolsonarista em 2018 e a permanência dele ainda no imaginário da sociedade política brasileira, apesar da derrota dele em 2022, é a farsa que retorna – a farsa é o retorno dos porões da ditadura, a partir da política oficial do governo brasileiro e não mais alguma coisa mantida nas invisibilidades e desmentidos feitos pela ditadura militar.

Bolsonaro representa esse retorno, o que quer dizer para qualquer um, bom entendedor, que nós desta vez não podemos fazer a anistia ampla, geral e irrestrita. Isto é, a sociedade brasileira vai ter que se defrontar com judicializar e punir os crimes de Bolsonaro que não foram poucos. Todos nós sabemos disso. Não só o mais escandaloso que foram as mortes com a pandemia, mas toda a política dele de destruição da Amazônia, por exemplo, toda a maneira como estimulou certas práticas nefastas da exploração do campo e a maneira como destruiu as culturas indígenas, tudo isso são crimes inafiançáveis de Bolsonaro. Desta vez, nós não podemos fazer uma anistia ampla, geral e irrestrita, com o risco de repetirmos mais uma vez essa história. Estamos diante desse impasse.

Eu queria chamar a atenção de vocês é que esse aumento da violência que se deu na sociedade brasileira desde os anos 80, a gente vive em uma sociedade altamente violenta que é inegável, todos nós falamos disso de uma forma ou de outra. Com a história do aumento da violência, aumento de consumo de drogas, aumento da autorização para matar dada à polícia, o fato de que os policiais matam e não há câmeras que os controlem para que possam ser julgados, toda essa autorização para matar que se faz em relação às classes populares, às periferias das cidades, a maneira como nós as tratamos, nós temos níveis vertiginosos de pobreza e de miserabilidade existentes na sociedade brasileira, tudo isso é um conjunto de signos efetivamente que marca – e aí eu quero lançar inicialmente essa hipótese dessa marca dos desmentidos e invisibilidades que marcaram a história brasileira – acho que contraímos uma dívida para com aqueles que foram mortos, torturados, exilados, destruídos na época da ditadura militar.

Nós temos uma dívida em relação a essas pessoas; na medida em que essa dívida não é reconhecida; nós recusamos o reconhecimento dessa dívida, ou fazemos um processo de forclusão dessa dívida: o efeito disso é concreto, é

esse aumento vertiginoso e alucinado de violência presente na sociedade brasileira. Enquanto não fizermos um acerto de contas da nossa anistia ampla, geral e irrestrita, esse pacto perverso que fizemos para sair do quadro da ditadura militar para continuar compactuando com a ditadura militar, nós não vamos sair desse impasse que nos marca. E evidentemente essa dívida que temos em relação ao que se passou na época da ditadura militar, com certeza remete a outras dívidas existentes na sociedade brasileira para as quais eu queria chamar a atenção: é a dívida que temos em relação a ter um nível de miserabilidade absurdo, temos níveis de miserabilidade comparáveis aos que se encontra em algumas sociedades africanas e não acontecem em uma sociedade europeia ou na sociedade americana, por exemplo, e a gente convive com essa miserabilidade sob a forma “eu sei, mas mesmo assim”, sob a forma da recusa ou sob a forma da forclusão, como eu disse.

Nós convivemos com essa forma como tratamos os miseráveis: a fome, e deixarmos essas pessoas morrerem, do jeito que a gente deixa, como se nada houvera, da mesma forma como nós – e isso também faz parte desta discussão – mantivemos também uma dívida em relação às tradições afro-brasileiras que são tratadas – e acho que essa é a grande dívida da sociedade brasileira propriamente dita – a maneira como ela ainda coloca os negros, os afrodescendentes, em uma posição subalterna em relação à tradição branca, à tradição do colonizador. Nós continuamos a colonizar as populações negras brasileiras, tratando os negros não como humanos, mas como bichos, tal como, aliás, Jair Bolsonaro falou aqui, em uma conferência na Hebraica na época da sua eleição em 2018, em que ele dizia que pesava as populações negras em termos de arrobas, que é a maneira como se pesa vacas e animais.

Essa maneira pela qual nós perversamente compactuamos com esse extermínio da população negra, nós temos uma dívida em relação ao que aconteceu na solução para sair da ditadura militar. E, ao mesmo tempo, essa é a ponta do iceberg de outras dívidas que temos na sociedade brasileira, tal como a maneira pela qual nós tratamos os pobres e os precarizados no Brasil, que aumentam a cada dia, a maneira pela qual nós tratamos as mulheres, que são atacadas e objeto de destruição através desse machismo estrutural, e a maneira, sobretudo, como tratamos nossas populações negras.

O que eu quero dizer com isso é que esse aumento alucinado da violência no Brasil, é seguido por desmentidos e apagamentos de transparências; é marcado pela recusa, no sentido freudiano do termo, ou da forclusão, como querem Freud e Lacan. Isso marca a maneira como convivemos com essa violência, de maneira que – o que eu quero dizer para concluir é o seguinte – se nós não

levantarmos o véu desses desmentidos, se não afrontarmos as nossas dívidas em relação a todos esses aspectos que destaquei agora, aqui ao longo desta conferência, no final dessa conferência, nós estamos condenados, no pior sentido da palavra, a praticar psicanálises intermináveis, porque aquilo que fica de resto presente nas análises que realizamos é que, se essas dívidas não são colocadas efetivamente no campo da clínica social brasileira ou dos processos de análise dos analisantes, nós estamos diante de um algo que não se analisa, um algo que não se desconstrói, e onde reproduzimos essa violência endêmica que vivemos no Brasil, a cada vez mais nas últimas décadas.

Tudo isso tem um efeito: essas dívidas que não reconhecemos, que nós precisamos pagar, tudo isso tem um efeito efetivo sobre os nossos corpos e sobre os nossos espíritos, e que aparece como não analisável no campo da experiência psicanalítica.

Tramitação

Recebido 30/05/2023

Aprovado 13/06/2023

Referências

BIRMAN, J. Retomada da psicanálise no discurso político na contemporaneidade. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 49-55, mar. 2021.

_____. *Interpretações sobre o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: AdUFRJ, 2018. Disponível em: <https://adufrj.org.br/wp-content/uploads/2018/10/aula_joel_birman.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2023.

BIRMAN, J.; HOFFMANN, C. *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2018.

FREUD, S. (1921). *Psicología de las masas y análisis del yo*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1979. (Obras completas).

JONES, E. *A vida e a obra de Sigmund Freud*. v. 1, 2 e 3. Tradução de Júlio Castañón Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

LACAN, J. *O seminário, livro 14: a lógica do fantasma (1966-1967)*. Inédito. Sessão de 10 maio 1967.

MARX, K. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

REICH, W. (1933). *Análisis del carácter*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

VIANNA, H. B. Não conte a ninguém - Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.